

É a China uma boa alternativa de cooperação para África?

Is China a good cooperation alternative for Africa?

Arcénio Francisco Cuco

Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Grupo de Pesquisa Direito à Verdade e à Memória e Justiça de Transição e do Grupo de Pesquisa em Criminologia (GEPCRIM), Brasil.

arcuco@yahoo.com.br.

Resumo

Este texto tem em vista analisar a expansão chinesa em África, buscando entender o seu impacto no desenvolvimento de países africanos. Também procura entender por que a China, a partir de um dado momento, se torna um parceiro de cooperação preferido pelos países africanos a despeito dos parceiros tradicionais de cooperação (ocidente). O texto procura responder às seguintes indagações: Até que ponto a cooperação China-África pode ser benéfica para o desenvolvimento do continente africano comparada aos modelos de desenvolvimento imposto pelo ocidente? Poderia o modelo chinês ser alternativa ao criticado modelo tradicional de cooperação ocidental? Do ponto de vista metodológico, a revisão bibliográfica, bem como a análise de alguns documentos (o relatório da Africa Progress Report e o relatório publicado pelo AfriMAP – Africa Governance, Monitoring and Advocacy Project) são a principal base de sustentação das ideias que se procuram defender no presente texto.

Palavras-chave: cooperação China-África; modelos de desenvolvimento; países africanos; soft power.

Abstract

This text aims to analyze the Chinese expansion in Africa, seeking to understand their impact on the development of African countries. It also seeks to understand why China, from a given time, becomes a preferred cooperation partner for African countries despite the traditional cooperation partners (West). The text seeks to answer the following questions: To what extent can China-Africa cooperation be beneficial to African continent development compared to the development models imposed by the West? Would the Chinese model be an alternative to the criticized traditional model of Western cooperation? Methodologically, the literature review and the analysis of some documents (the report of the Africa Progress Report and the report published by AfriMAP – Africa Governance, Monitoring and Advocacy Project) they are main support of the ideas that are sought to be defended in this text.

Keywords: African countries, China-Africa cooperation, development models, soft power.



Introdução

*“A África é uma terra de oportunidade...
negócio e oportunidades estão lá, o
crescimento está lá e a população também
está lá”.*

Presidente Macky Sall
Senegal, janeiro de 2014

*“Famílias viveram de peixe por gerações... mas o estoque
de peixe reduziu. As nossas receitas caíram. Já fomos
capazes de poupar um pouco para a educação das
nossas crianças ou para repararmos os nossos barcos,
mas agora se tornou mais difícil de fazer face as
despesas”.*

Issa Fall, Comité de Pescadores de Soumbédioune,
Senegal, janeiro de 2014

Estes dois trechos foram retirados do *Africa Progress Report*, (1) de maio de 2014. Os dois parecem espelhar a atual situação do continente africano. Por um lado, um continente que vem recebendo diversos investimentos de diferentes países do mundo interessados em desenvolver laços de cooperação com o continente, por conseguinte, o crescimento econômico do continente; por outro lado, espelha o contraste entre o crescimento econômico do continente e a transformação desse crescimento em desenvolvimento que se consubstanciaria na melhoria de vida da maior parte das populações locais.

É exatamente neste contexto de uma África que virou um cenário de “disputas” que a China emerge, passando a assumir um dos lugares de destaque em termos de cooperação com o continente, sendo hoje a principal parceira de negócios, não só da África, mas também de muitas das mais influentes economias, tanto no mundo desenvolvido como no em desenvolvimento, (2) Como a autora sublinha:

O país atualmente subvenciona governos estrangeiros (fornecendo empréstimos e comprando seus títulos de dívida pública), patrocina escolas, hospitais e financia projetos de infraestruturas como estradas e ferrovias (particularmente nas regiões mais pobres do planeta), atendendo às necessidades das nações que os executam e tornando-se um investidor muito mais atraente do que órgãos internacionais como Banco Mundial, que normalmente vincula os empréstimos a duras restrições políticas. (...) A crescente influência global chinesa espelha sua ascensão econômica e, invariavelmente, uma ascensão concomitante em sua demanda por recurso. (3)

Entretanto, algumas das reflexões que se propõe neste texto se inspiram no “chutando a escada” do Chang, (4) quando o autor afirma que os países desenvolvidos estão escondendo o “segredo do seu sucesso”, ou por outra “chutando a escada” ao recomendarem, aos países em desenvolvimento, políticas e instituições que eles não tinham ao longo do seu desenvolvimento

(5). Não restam dúvidas que, por razões históricas (dentre elas, a colonização), os países que mais sofreram com essas medidas tenham sido os africanos. (6)

A razão de “chutando a escada” inspirar este texto tem a ver com o fato de se olhar para a China, em África, como uma esperança para possível solução de alguns problemas dos africanos, como o subdesenvolvimento, já que na relação com os países africanos não impõe condições (como acontece com as potências tradicionais de cooperação) para auxiliá-los esses países. A China em África como parceiro de cooperação parece apresentar-se como uma boa alternativa para a recolocação da escada, uma vez que não impõe aos governos africanos o direcionamento dos seus investimentos e não interfere nos assuntos internos o que pode abrir uma nova página no relacionamento dos países africanos com outros parceiros de cooperação, como por exemplo, com o Ocidente, quiçá abrir o jogo que o ocidente escondeu ao longo de mais de 50 anos de cooperação que vem-se saldando em poucos resultados positivos para a África e, assim recolocar a escada para os países africanos.

Parece ficar cada vez mais claro que a hegemonia do Ocidente está fortemente ameaçada não só pela China, mas também por um grupo de países (Índia, Brasil, Turquia, México, Coreia do Sul entre outros) que cresceram economicamente ao longo do século XX e vão procurando espaço de cooperação em África. E isso pode ser apurado a partir do “grito de desespero” do ocidente caracterizado pela diabolização, (7) dos novos parceiros de cooperação com a África. É que, hoje em dia, *“até os mais heréticos políticos africanos tendem pelo lado dos chineses – cujos investimentos são tangíveis e podem ajudar na redução da pobreza e no crescimento econômico –, ignorando ao mesmo tempo o que muitos veem como diátribe estrangeira”*. (8)

No entanto, as relações China – África são historicamente assentes na compartilha de história de dominação política e econômica pela colonização ocidental. A China apoiou os movimentos de libertação da África. Adebajo mostra que de 1961 a 2006, 2000 estudantes africanos de 48 países estudaram na China, enquanto 15.000 técnicos chineses foram enviados para África para produzir arroz, construir fábricas, estradas, pontes e aeroportos. Muitos destes projetos foram criticados por não transferirem tecnologias para os beneficiários e por não usar suficientemente capacidades locais. (9)

O texto procura responder à seguinte indagação: Até que ponto a cooperação China-África pode ser benéfica para o desenvolvimento do continente africano se comparada à imposição, pelo Ocidente, de modelos de desenvolvimento para o continente? Poderia o modelo chinês ser alternativa ao criticado modelo tradicional de cooperação ocidental?

O primeiro argumento é de que o modelo chinês de cooperação com os países africanos, que se caracteriza por não interferência nas questões internas desses países – pese embora não seja isento de críticas – pode ser uma boa alternativa comparada ao dos parceiros tradicionais de cooperação (o ocidente) cuja característica é de impor condições aos seus parceiros africanos, culminando com sanções severas caso os países africanos não cumpram com as medidas por eles impostas. O segundo é de que não basta que os países africanos

recebam investimento chinês nos moldes em que é feito atualmente, é necessário que os governantes africanos criem modelos autônomos, independentes de parceiros de cooperação que possam fomentar uma competição entre ocidente e a China.

Constituem objetivos, analisar a expansão chinesa em África, buscando entender o seu impacto no desenvolvimento de países africanos; entender por que a China, a partir de um dado momento, se torna um parceiro de cooperação preferido pelos países africanos a despeito dos parceiros tradicionais de cooperação.

Do ponto de vista metodológico, a revisão bibliográfica, bem como a análise de alguns documentos (o relatório da *Africa Progress Report* e o relatório publicado pelo AfriMAP) são a principal base de sustentação das ideias que se procuram defender no presente texto.

1. O QUE A CHINA QUER EM ÁFRICA?

O crescimento espetacular e a estabilidade da China, nos últimos 20 anos colocaram perplexos muitos especialistas no Ocidente. Este crescimento tem gerado muitos debates de intelectuais, bem como chamado atenção de acadêmicos ocidentais, *policymakers*, políticos e do público em geral, no sentido de entender as múltiplas causas para esta mudança de poder econômico e a atual política internacional.

Alice Amsden, (10) coloca a China como um dos países que a partir de 2000 fez parte de dois conjuntos distintos de países do “resto”, (11) que estavam concorrendo entre si por recursos e por participação no mercado global, bem como pela liderança em servir de modelo para industrializados ainda mais tardio. Esses conjuntos distintos são, primeiro os “independentes”, que integram a China, Índia, Coreia e Taiwan, que são países que priorizaram modelos próprios de crescimento, por um lado e, por outro lado, os “integracionistas”, que integram a Argentina, o Brasil, Chile, México e a Turquia, que apostaram em vínculos mais fortes com o capital estrangeiro. Para Amsden, o segredo de sucesso desses países só pode ser encontrado na recuperação do lugar do Estado e no seu papel-chave no comando de estratégias nacionais de desenvolvimento. (12)

Este aspecto acabou sendo importante para China porque mesmo isolada do mundo e ameaçada pelo Ocidente, aprendeu a mudar suas riquezas de forma drástica nas últimas três décadas. (13) Tal como apontam Lee & Bremmer, (14), a China estourou no cenário mundial um pouco depois do avanço diplomático entre ela e os Estados Unidos em 1972. Particularmente na última década, desde a sua adesão à Organização Mundial do Comércio, a China surpreendeu os observadores ao redor do mundo com a sua velocidade de urbanização, a sua modernização, a redução do número de pessoas em situação de pobreza, e ao grande volume de reservas em moeda estrangeira que detém.

Atualmente, a sua relação com a África tem vindo a atrair muita atenção na esfera global. Goldstein *at al*, (15), assinala que, a cooperação China-África vem-se mostrando dinâmica e

crescente desde 2000. As exportações para China começaram a acelerar por volta do ano 2000 atingindo uma taxa de crescimento anual de 56%. Em 2004, as exportações africanas para China fixaram-se em 11.4 bilhões de dólares. As exportações elevaram-se, neste período, três vezes do que em 2000 e contabilizaram 6% do total das exportações dos países africanos em todo o mundo.

Diante deste cenário, a questão que ressalta é: afinal de contas o que a China procura em África?

Tull (16), aponta que a China vê na África uma oportunidade para buscar um papel ativo no sistema internacional, pois precisa do apoio dos Estados africanos nas organizações internacionais para se defender das crescentes críticas do ocidente em relação à sua política global, exatamente, para promover a ideia de que a China é um polo alternativo na política mundial. Para Sautman & Hairong, (17), o que guia as relações China-África são necessidades econômicas e políticas sob a retórica de benefícios mútuos. Sautman & Hairong argumentam que, apesar de haver diferenças nas estruturas políticas domésticas, tal como o Ocidente, a China se esforça em liderar uma política econômica internacional que posiciona África como um continente fornecedor de recurso.

É importante sublinhar que a China também é movida para a África por interesse em recursos energético, mas também pelo ouro, cobre e terra do continente. Para se ter uma ideia, cerca de 60% da produção petrolífera do Sudão, um dos maiores produtores em África, vai para a China cobrindo 5% das necessidades chinesas do petróleo. Angola e Nigéria são outros dois países que contribuem com $\frac{1}{4}$ da sua produção. A África é também fonte dos recursos minerais para a China. 60% da produção em minérios em África é exportada para a China.

Mas estas relações não podem ser vistas apenas do ponto de vista de vantagens para a China porque a África também tem benefícios. A África comercializa produtos da manufatura primária da China; a China apoia na construção de infraestruturas; a China é solidária naquelas questões que envolvem diferendo com o poder ocidental. Como destaca Visentini, os chineses têm vindo a cooperar com os africanos em todas as áreas, não se intrometendo na política doméstica dos africanos: *“vendem bens de consumo popular extremamente barato, acessíveis a várias camadas sociais antes carentes deles. Isso está causando uma transformação social pela base, impactando política e economicamente”*. (18)

Outro aspecto importante que o autor destaca tem a ver com o fato de a África não ter uma política única para negociar, resultando, daí o imperativo de a China ter que negociar em particular com cada um dos 54 países, o que demanda uma necessidade de os africanos se organizarem melhor em suas instituições multilaterais, para negociar com a China.

Na verdade, esta situação não se resume apenas ao processo de negociação com a China, mas também em vários outros âmbitos. A África tem-se mostrado impotente mesmo para resolver conflitos internos que abalam alguns países do continente. Várias vezes tem sido o ocidente a tomar dianteira na resolução de conflitos internos em muitos países do continente. E

parece que as instituições multilaterais como a União Africana e diferentes organizações regionais não têm produzido soluções de que delas se espera(va) para a resolução de crises no continente. (19) A incapacidade para gerenciar conflitos como os da Libéria e da Somália, mais recentemente as crises na Líbia, Mali, Guiné-Bissau, Sudão entre outros, parece tender a escancarar o caráter putativo (senão ocidente-dependência) das instituições multilaterais africanas: quase nenhum país africano reagiu à evasão da Líbia pelo Ocidente; a CEDEAO (Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental) não consegue mediar à crise no Mali e Guiné-Bissau; (20) por sua vez, a SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral) teve sérios problemas para mediar a crise política no Zimbábue após as eleições de 2008 nas quais Tsvangirai (líder do MDC – Movement for Democratic Change – principal partido de oposição) havia derrotado Mugabe no primeiro turno, sem, no entanto, ter conseguido obter a maioria absoluta dos votos. (21)

Não restam dúvidas que a cooperação China-África seja um desafio ou um teste sério para os Estados e instituições africanas, sendo necessário que se adaptem o quanto mais cedo possível a este novo figurino de cooperação para que possam tirar vantagens consideráveis do processo. A sua contraparte (a China) está demonstrando um interesse sério nesse sentido, criando instituições de formulação e implementação de políticas chinesas para África. (22) É disto que África também precisa fazer: criar instituições fortes formulação e implementação de políticas de investimentos públicos. Não é possível crescer sem grandes centros de pesquisas ou ainda com instituições incapazes de promover políticas acertadas de desenvolvimento. A capacidade de implementação de políticas é algo que não pode vir do acaso, mas desenvolvida a partir de instituições fortes (em particular de natureza multilateral) que tracem e defendam um desenvolvimento e um sistema comercial e financeiro justo para que os governos africanos parem de ser “compradores” de sistemas e modelos de desenvolvimento, como por exemplo, das instituições da Bretton Wood (Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional), (23) muitos deles inadequados à realidade africana.

1.1. O QUE DIFERENCIA A COOPERAÇÃO CHINA-ÁFRICA DA COOPERAÇÃO ÁFRICA-ATORES TRADICIONAIS?

“You never hear the Chinese saying that they will not finish a project because the government has not done enough to tackle corruption. If they are going to build a road, then it will be built”.

Porta-voz do governo queniano. (24)

Este discurso assenta muito bem na natureza atual de cooperação China-África. A China oferece apoio sem condições, o que a torna uma alternativa mais atrativa do que o apoio pré-

condicionado do Ocidente, (25) que vem, geralmente, atrelado à ideia de direitos humanos e democracia. (26) Como mostra Tull:

O governo chinês e sua contraparte africana, frequentemente, afirmam que a ajuda de Pequim vem com poucas imposições de políticas. Ao contrário dos doadores ocidentais, o apoio da China aos governos africanos não depende de condicionalidades relativas aos objetivos ou padrões políticos específicos (ou seja, direitos humanos, democracia). (27)

Este é o espírito que norteia o argumento do porta-voz do governo queniano, assim como de maioria dos governantes africanos. Trata-se de um discurso que mostra também que, o fato de a China não se intrometer na política doméstica (não se importando se os governos e os seus líderes são democráticos ou autoritários, ou ainda se respeitam ou não os direitos humanos ou praticam ou não boa governação), torna-a mais atraente para os governantes africanos.

Este aspecto apresenta-se como o principal marco de diferença com os parceiros tradicionais de cooperação com a África. O mesmo apresenta-se como o principal elemento que é usado pelo Ocidente para criticar a política chinesa para a África. Talvez, como assinala Moyo, (28) trate-se de uma posição rancorosa do ocidente por ter perdido a oportunidade de se relacionar com a África travando negócios, em vez de se empenhar na ajuda assistencial eivada de piedade.

Mas também, é de se esperar que, em meio à cruzada por recursos, a China exercesse um impacto em questões de soberania nacional e geopolítica, da mesma forma que não podia evitar o envolvimento com a comunidade internacional, nem se abster de ter influência sobre as leis trabalhistas e as políticas ambientais nos países cedentes dos recursos. Entretanto, a China pode em grau elevado, orientar as direções específicas para as quais essas mudanças caminham, e os próprios países cedentes podem se mostrar resistentes ou receptivos quanto ao impacto chinês em seus assuntos internos, o que já não acontece tratando-se de relação com ocidente que impõe sanções aos países africanos.

A Europa e os Estados Unidos, vêm acusando a China de empreender, da forma mais traiçoeira, uma estratégia para assumir a soberania de países do mundo todo, incluindo das economias pobres (ainda que ricas em recursos) mais subdesenvolvidas política e economicamente, em particular muitas na África, mas o que parece que ainda não viram, é o fato de China, até ao momento não ter exibido nenhum dos aparatos do colonialismo europeu, como conversão religiosa, uso da força militar ou manipulações na liderança política local. (29)

Uma das principais críticas desse grupo de países, particularmente da ação chinesa em África é de que não está tendo em conta a pressão que o Ocidente tem feito aos Estados africanos no sentido de melhorarem a proteção dos direitos humanos e governação. O Ocidente vê, ainda, a exportação massiva de produtos chineses para a África como uma parte da história que ocultar o verdadeiro interesse da China na África. Denis Tull aponta duas questões principais para esse interesse: primeira, a extensão da dívida e mão de obra barata e; segunda, para agravar o problema da pobreza em várias partes da África, a China oferece preços baixos

para a exportação dos seus bens, tais como, produtos da indústria têxtil, aparelhos e máquinas eletrônicas, produtos com enorme procura. (30)

Essas críticas parecem justa quando à medida que o número de trabalhadores estrangeiros aumenta, em África, haver tendência de as reclamações também aumentarem, incluindo acusações de que as companhias chinesas não contratam localmente, preferindo em vez disso contratar (e importar) seu próprios trabalhadores, como ilustra a tabela 1, em anexo, que indica a proporção dos trabalhadores locais por proporção de trabalhadores chineses:

Este discurso parece de alguma forma coerente. Mas, algumas questões subsistem: e se não fosse a China quem seria? Será que o Ocidente ao longo deste tempo que vem mantendo relações de cooperação com a África fez diferente? Foram mais de 50 anos de envolvimento ocidental nos assuntos africano em que é contribuiu para incentivar melhores governos no continente? Por que de repente o Ocidente se vê na contingência de ser defensor “oficioso” da África em relação à cooperação com a China? Por que demonizar a China? Não seria este um grito de desespero do Ocidente já que parece perder a sua “hegemonia” em África a favor de outros atores de cooperação, em particular a China, Índia e Brasil, e como possível consequência a perda do poder de “ditador de normas” em África? Qual a visão dos africanos em relação a esta relação? Seria a China para a África um “bom samaritano”?

Estas questões podem ter respostas diversas. Talvez dois trabalhos de Sautman & Hairong ajudem avançar algumas respostas. O primeiro, *African perspectives on China-Africa link*, (31) mostra que os africanos têm uma visão variada em relação à cooperação China-África. Essa visão está muito longe da visão negativa que o Ocidente atribui a essa cooperação e por sua vez nem é tão positiva como os chineses alegam. Os africanos têm uma visão binária dessa cooperação: “se é basicamente positiva acerca da relação China-África, ela reconhece áreas de tensão; se é basicamente negativa, aponta alguns aspectos como benéfico”. O estudo aponta também que, a visão varia de país para país comparando as variáveis como idade, educação e gênero. Essa diferença entre países em relação à atitude da China é primariamente em função das escolhas na política nacional para criar um problema para os chineses e, segundo, a influência da mídia ocidental nos Estados africanos.

O segundo, *Honour and Shame? China's Africa Ties in Comparative Context*, (32) mostra que existe uma dicotomia bruta com relação às políticas da China no continente, que se manifesta pela troca de acusações entre o Ocidente e a China. Por um lado, o Ocidente acusando a China de usar métodos desleais em licitações para contratos em África e de apoiar regimes autoritários. E por outro, a China mostrando que não está sozinha nesta política de apoio a regimes autoritários em África. Os Estados do ocidente fazem o mesmo, ou já o fizeram no passado. Os autores afirmam que muitas das atividades da China no continente, de fato, replicam a conduta recente do ocidente que os africanos a consideram como prejudicial, mesmo quando tanto o Ocidente como a China não reconheçam as práticas de cada um no continente. Por exemplo: os EUA têm um laço forte com petro-ditadores como Teodoro Obiang Nguema da

Guiné Equatorial e Idriss Deby de Chade, assim como com principais oficiais sudaneses, para não falar de alguns aliados norte-americanos em África, que através de eleições questionáveis reprimem seus opositores. (33)

Entretanto, o que chama atenção neste segundo trabalho é o fato de reconhecer que a ação da China em África é também problemática, salientando que a recusa dos líderes chineses em criticar regimes repressivos não serve para os interesses das populações africanas.

Outros autores como Emma Mawdsley & Gerard McCann salientam que essa “caricaturização” da China por estes países tem a ver com o fato de a China estar a produzir visíveis e enormes transformações, quer no meio urbano quer rural em muitos países em África. (34) Os autores questionam por que apenas a China é criticada se existem outros atores que atuam em paralelo com ela em alguns países como, por exemplo, a Índia? Muitos mídia e comentaristas políticos do ocidente criticam a cumplicidade da China na violação dos direitos humanos no Sudão vista como conduzida por um interesse irresponsável no investimento em hidrocarboneto. Mas, entretanto, a Índia que também atua no mesmo país seguindo mesmos interesses da China não está sujeita a esta condenação. Por que será? Talvez a resposta seja: grito de desespero do ocidente pelo nível de aceitação que a China vem granjeando dos governantes africanos, representando, desta forma, uma ameaça à hegemonia que eles detêm no continente.

O que acaba de ser dito pode-se apurar, por exemplo, a partir do ensaio de Leni Wild & David Mepham, *How do we engage with China on Africa* WILD & MEPHAM?, (35) Nas quatro proposições que os autores apresentam no ensaio, duas delas são elucidativas quanto ao grito de desespero do ocidente. Mas, a terceira e a quarta proposições chamam muita atenção. A primeira refere-se à necessidade de os *governos do ocidente a aprofundarem seu diálogo com a china nas questões africanas e explorar oportunidades para uma cooperação prática* e a segunda sustenta a ideia de que *o Ocidente deve praticar o que prega em desenvolvimento, direitos humanos e boa governança*.

Estas proposições parecem deixar evidências de que o ocidente deve abandonar a sua política de demonização da China optando por diálogo para a discussão dos assuntos africanos e para tentar forçar a China a colaborar nas iniciativas internacionais de promoção de altos padrões de cooperação. Para Leni Wild & David Mepham, esse diálogo poderia ser possível a partir de alguns organismos internacionais, tais como a União Europeia, G8, Organização Mundial de Comércio ou ainda através de um convite a China para integrar o *African Partnership Forum*.

O ensaio mostra que tentativas nesse sentido têm vindo a ser feita, mas poucos efeitos produzem. Os autores apontam que há poucas discussões entre a África, os governantes do Ocidente e chineses sobre assuntos africanos e que nem mesmo ao nível do G8 tem sido fácil. Leni Wild & David Mepham sugerem que a União Europeia pode desempenhar um papel importante papel nesse diálogo, mas para tal deve evitar impor valores europeus à China,

também a ideia de que o ocidente é essencialmente progressivo e a política chinesa negativa porque isso não ajuda em nada para as aspirações dos dois lados.

Talvez a melhor argumentação para este caso seja da Moyo, ao afirmar que:

Repetidas vezes as nações ocidentais desenvolvidas preferiram tratar os governos das nações africanas mais pobres com luvas de pelica, com frequência lhes fornecendo passe livre para uma corrupção gritante e desvio de recursos públicos, ao mesmo tempo em que continuavam a recompensar seus líderes de governo com ainda mais assistência financeira, a despeito da piora na expectativa de vida, no analfabetismo aparentemente incontornável e no crescimento econômico errático. O vilão é esse sistema, não a China. (36)

Estes trabalhos mostram que o ocidente está assumindo ou enxergando a importância da China no cenário internacional e, em particular, no que se refere à cooperação China-África. O ocidente está procurando desenhar outras estratégias que possibilitem a sua inserção nas novas formas de cooperação adotadas pelos governantes africanos. Não é por acaso que alguns estudos ocidentais avancem a possibilidade de o ocidente poder aprender do seu grande competidor (a China) novos modelos de desenvolvimento como, por exemplo, Lee & Bremmer parecem deixar transparecer em *WHAT THE U.S. CAN LEARN FROM CHINA: An Open-Minded guide to Treating Our Greatest Competitor as Our Greatest Teacher*.

2. PODERIA A CHINA “RECOLOCAR A ESCADA” PARA A ÁFRICA?

O principal argumento neste trabalho é de que o modelo chinês de cooperação com os países africanos parece ser uma boa alternativa se comparado ao dos parceiros tradicionais de cooperação, já que não há imposição de condições aos governos africanos. Os “parceiros”, (37) tradicionais, geralmente, colocam, para os seus parceiros africanos, medidas de cumprimento obrigatório (algumas das quais nunca implementadas nos seus países) sob o risco de sofrer sanções e perder apoio em caso de incumprimento. Um outro argumento é de que não basta que os países africanos recebam apoio chinês nos moldes em que é feito, mas também é necessário que criem modelo próprio que lhes permita sair da dependência de doadores externo. Nesta parte procura-se demonstrar de que maneira isso pode ser possível, tomando-se como base “Chutando a escada”, Ha Joon Chang.

O autor parte da ideia de que o pacote de políticas que os países altamente desenvolvidos usaram para chegar ao lugar em que estão hoje são precisamente aquelas que eles mandam os países em desenvolvimento não usarem, por causa de seus efeitos negativos sobre o desenvolvimento econômico. Mas, o mais inquietante é que, justamente durante o período em que essas medidas (boas maneiras e boas instituições) foram implementadas pelos países em desenvolvimento o PIB *per capita* desses países caiu drasticamente comparativamente ao período anterior à implementação dessas medidas, como se pode conferir no seguinte trecho:

À parte a escassez de razões convincentes para explicar por que seria esse o caso, o ínfimo crescimento econômico verificado nos países em desenvolvimento, nas últimas décadas, sugere que essa linha de defesa é simplesmente insustentável. Nesse período, a maioria dos países em desenvolvimento passou por “reformas políticas” e implementou “políticas boas” – ou pelo menos “melhores” – que deviam ter promovido o crescimento. Em poucas palavras: o resultado foi uma grande decepção. (38)

Ou seja, as “reformas políticas” neoliberais se mostraram incapazes de cumprir a sua grande promessa: o crescimento econômico. A desigualdade da renda aumentou, mas a prometida aceleração do crescimento não se verificou; o crescimento desacelerou acentuadamente, sobretudo em países em desenvolvimento. Diante deste cenário, Chang chega à conclusão de que, sim, os países altamente desenvolvidos estão chutando a escada.

A partir desta conclusão e considerando que maior parte dos países africanos passaram ou estão passando por esta situação, considerando ainda o (re)surgimento da China como parceiro forte de cooperação, questiona-se: poderia a China recolocar a escada em África?

Avaliando a partir das fortes críticas que a China tem recebido do ocidente por sua expansão em África, é provável que seja possível que consiga recolocar a escada em África. Certamente que essas críticas estão surgindo porque algo de interessante a China está fazendo que justifique que seja, atualmente, o parceiro preferido dos países africanos. É preciso sublinhar que, a China, ao lado de outros países que compõem os BRICs é certamente o ator mais expressivo e o que mais parece empenhado em cultivar sua própria diáspora no continente africano, como se pode constatar do relatório do IPEA, *Ponte sobre o Atlântico Brasil e África Subsaariana: parceria Sul-Sul para o crescimento*. (39) O que se acaba de dizer *per se* – ao lado da política de não interferência na política interna desses países e não imposição de condicionalidade no seu apoio – coloca a China como um parceiro que pode ser de alguma forma de confiança para os governantes africanos. Eles podem direcionar os apoios que a China lhes oferece segundo as suas prioridades sem que, no entanto, haja uma interferência do doador.

Este aspecto parece bastante importante porque depende da forma que forem definidas as prioridades, pode ser que isso espreite o desenvolvimento nos países africanos. Uma das prioridades da China é o apoio na área de infra-estruturais. Aí seria importante que os países priorizassem àquelas infraestruturas que possam catapultar o desenvolvimento (estradas que permitam o escoamento, por exemplo, de produtos agrícolas das regiões rurais, onde está concentrada a maior parte de população de baixa renda; indústria autóctone, escola de qualidade, etc.). A China cresceu rapidamente ao longo do século XX, como se pôde constatar anteriormente, porque priorizou a indústria nacional. Os governantes africanos dev(ia)em aproveitar esta oportunidade de cooperação com a China para criar parques industriais que

assegurem o desenvolvimento a médio, longo prazo dos seus países, não se contentando apenas pela aparente facilidade de obtenção de recursos chineses.

Um dos grandes debates, hoje em dia em África, tem a ver com a indústria mineira, área em que a China vem atacando fortemente nos últimos tempos (na verdade é uma área que vem catapultando o PIB de muitos países africanos). O relatório de 2013 da *Africa Progress Panel*, (40) mostra que em muitos países africanos, as receitas dos recursos naturais tendem a alargar o fosso entre os ricos e os pobres: “Embora muito se tenha alcançado, uma década de crescimento a um ritmo impressionante não representou melhorias comparáveis no âmbito da saúde, educação e nutrição”. Estes são alguns aspectos internos que devem ser vencidos em maior parte dos países africanos.

Já o relatório de 2014 do mesmo organismo sublinha que a África pode estar a demonstrar um crescimento notável nas manchetes dos jornais, mas demasiados africanos continuam aprisionados na pobreza. E conclui que, para acelerar a transformação de África, é necessário impulsionar significativamente a agricultura e pescas, que, em conjunto, asseguram a subsistência de cerca de dois terços do total da população africana:

Se quisermos alargar os recentes sucessos económicos do continente à vasta maioria dos seus habitantes, temos de acabar com a negligência das nossas comunidades agrícolas e piscatórias. Chegou o momento de libertar as revoluções verde e azul de África. (41)

Esta ideia é comungada, também, por Ngoenha, (42) ao afirmar que alguns países africanos, como Moçambique, centram as suas atenções sobre grandes projetos (nomeadamente a extração de minério e algum projeto que beneficiam apenas multinacionais e não as populações locais) em detrimento das áreas de agricultura e dos pequenos produtores. E esta situação se agrava pelo fato de que maior parte dos países periféricos estarem a passar, de forma sucessiva, de uma dependência para a outra:

Da dependência colonial passamos a uma dependência ideológica e agora entramos em fase da dependência financeiro-industrial. Esta nova forma de dependência põe limites estruturais ao desenvolvimento, na medida em que dependemos do setor de exportação e estamos sobre controlo monolítico de empresas multinacionais (...). O mercado interno que até a pouco era limitado, cresceu. Porém, ele baseia-se cada vez mais na troca de bens de luxo; carros, telemóveis, perfumes, eletrodomésticos, etc. (43)

Como consequência deste tipo de modelo económico, Ngoenha afirma que é o crescimento em nome de estruturas aparentes pouco úteis para o desenvolvimento dos países africanos.

Ravallion, (44) aponta, para além do apoio fraco à agricultura, as restrições geradas dos governos passados (pós-coloniais), como infra-estruturas rurais fracas. Autores como Mueni wa Muiu & Guy Martin, (45) apontam a necessidade de África (no mundo global) ser seletiva nas suas políticas de comércio no sentido de desenvolver recursos humanos capazes de removerem as barreiras comerciais e isso implicaria a criação de companhias próprias que competiriam com as companhias estrangeiras, onde às africanas teriam um tratamento

preferencial em relação às estrangeiras. Outro ponto importante é a obrigatoriedade de as companhias estrangeiras pagarem impostos e salários condignos; introdução de medidas de proteção aos trabalhadores contra eventual exploração por companhias estrangeiras (salário e horário mínimo de trabalho bem definidos, pensões e seguro médico garantido) e; não criação de zonas livres de imposto que funcionam como economias de enclave, discriminando as populações locais.

Embora não se possa concordar com todas as afirmações que Mueni wa Muiu & Guy Martin colocam como, por exemplo, a “*não criação de zonas livres de imposto*”, (46) não é menos verdade que sejam estes aspectos nas quais os governantes africanos devem apostar, neste novo laço com a China. Acima de tudo, é necessário que o crescimento econômico, se reflita no índice de desenvolvimento humano.

É importante também que a África lute para sair da dependência absoluta de doadores, pois como Ngoenha argumenta, é difícil se ser senhor de si mesmo quando se depende de caridade e da boa vontade de terceiro. Quer dizer, a África precisa de uma relação com a China, assim como com outros parceiros de cooperação na qual devem ser os africanos a definir as áreas de cooperação de acordo com as demandas dos seus países e não o contrário. A relação deve ser de interdependência porque as duas partes precisam uma da outra.

Se assim for a acontecer, pode-se começar a pensar numa possibilidade de a China vir a ser um elo que vá permitir que aos africanos possam optar entre os diferentes parceiros de cooperação os que melhor respondem as demandas dos seus países, quiçá a partir disso criarem seus modelos de desenvolvimento sem interferência externa.

Se isso for a acontecer, pode-se, sim, pensar numa possibilidade de a China poder vir a recolocar a escada para a África. Está se falando aqui de “possibilidade” porque se está ciente, também de que os parceiros tradicionais de cooperação não vão querer de alguma forma perder a hegemonia que eles têm para com a África. Sendo que vão criar mecanismos que venham a dificultar a ação da China, assim como de outros países emergentes com interesses de cooperação para com África de forma que a sua hegemonia não seja posta em causa. Aliás, como argumenta Ngoenha, nenhuma das potências coloniais foi favorável à estabilidade política e econômica da África. Até as independências africanas só foram possíveis porque os vencedores da II Guerra Mundial forçaram as antigas potências coloniais a libertarem as suas colônias. Desde lá, o continente africano vem conhecendo instabilidades. Estratégias foram engendradas, por estas potências, no sentido de impedirem o acesso das colônias à liberdade. Essas estratégias foram desde a guerra à tentativa de transformar as colônias em territórios ultramarinos. E os países que se negaram sofreram retaliações. Outros países tiveram que assinar acordos militares que permitiram uma presença militar estrangeira mais forte do que as forças do país ocupado, a o exemplo ao que na França se catalogou de “France-Afrique”. (47)

Olhando-se para esta situação, não se pode afastar a possibilidade de se voltar a se assistir um cenário similar ao que aconteceu durante a guerra fria já que a África é um terreno

fértil para potências internacionais medirem as suas forças, patrocinando, por exemplo, movimentos de insurreição para desacreditarem os seus governos ou mesmo a divisão de países (um exemplo recente, nesse sentido Sudão do Sul/Sudão do Norte).

Aliás, é importante lembrar que durante o mundo bipolar, o continente foi “infestado” por bilhões de dólares em armas para países como Angola, Moçambique, Etiópia, Somália e Libéria, que ao invés de serem direcionados para áreas de desenvolvimento, foram usados para patrocinar guerras que criaram terror nesses países. Os EUA, que pregam a democracia pelo mundo, ignoraram os princípios básicos de desenvolvimento e da própria democracia, focando paroquialmente em conter o perigo do comunismo através de proteção e abastecimento militar e assistência financeira a ditadores brutais como o liberiano Samuel Doe, Mobuto Sese Seko do Zaire e Siad Barre e em troca de suporte político e bases militares.

Recentemente, durante o governo Clinton (1993-2000), o alargamento das democracias foi substituído por apoio americano para um grupo de “senhores de guerra”, como Yoweri Museveni de Uganda (29 anos no Poder), Meles Zenawi de Etiópia (só a morte lhe tirou do Poder em 2012, após 17 anos), Isais Afwerki da Eritreia (22 anos no Poder – nunca houve eleições desde a independência do país em 1993), ou ainda Paul Kagame de Ruanda (15 anos Poder), aos quais, o próprio Bill Clinton, durante uma visita efetuada em África, os apelidou de exemplos de lideranças da África, (48) quando nenhum deles pode ser considerado como estando a operar um verdadeiro sistema multipartidário. Ou seja, a maioria deles são autocratas dissimulados, que não hesitaram em provocar guerras pouco tempo depois da visita do Clinton aos seus países (49).

Mais do que isso, os EUA continuaram desembolsando dois bilhões de doações anuais ao regime autocrático de Hosni Mubarak de Egito, quando 48 países da África subsaariana compartilhavam menos de um bilhão, naquilo que Adebajo, (50) considera como um claro sinal de que políticas estratégicas são superiores que considerar a democracia. Ou seja, interesses estratégicos continuam guiando as políticas norte-americanas em África.

Outra questão importante que impõe se colocar é: até quando a China vai manter o *soft power* em África? Pois, se imaginar-se uma situação como a que Moyo nos apresentar no seu livro “O Vencedor Leva Tudo” em que, por exemplo, dois ou mais países em conluio negarem à China um dado produto em África, o quadro se torna mais incerto e perigoso. Para um grande país com capacidade militar em rápido crescimento, o exercício do *soft power* pode muitas vezes se tornar bem pouco atraente, uma vez que os seus pedidos sejam rejeitados:

“A história nos diz que países mais fortes em termos militares raramente resistem – e quase sempre recorrem – ao uso da força para obter acesso aos recursos naturais que precisam junto a economias mais pobres, com pouca capacidade militar; a invasão do Iraque pelos EUA e seu aliados é o exemplo recente”. (51)

Esta situação mostra que mais do que a cooperação com a China, os governantes africanos precisam pensar, também em possíveis implicações políticas nas suas novas alianças

de cooperação. Mas, mais do que isso, também olhar para a China como um parceiro que vem agregar capacidades aos países africanos de fomentar uma competição entre o ocidente e outras potências emergentes. Essa competição entre parceiros de cooperação pode-lhes permitir formular projetos autônomos de desenvolvimento e barganhar com esses países em melhores condições de negociação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se dizer que o sucesso da cooperação Sino-África depende basicamente das prioridades que os governantes africanos forem a escolher. Se forem a optar apenas pelas facilidades que o apoio que China oferece sem olharem para vantagens a médio ou longo prazo, pode-se ter certeza de que a África voltará às mesmas dificuldades que vem sentindo em relação à cooperação com o ocidente.

A China é uma alternativa porque não impõe condições na cooperação tal como o ocidente o faz, mas é necessário que a África procure capitalizar este novo modelo de cooperação para poder tirar vantagens de modo que o mesmo não fracasse tal como vem acontecendo na cooperação com os atores tradicionais (o ocidente). É necessário que os investimentos chineses em infraestruturas sejam direcionados para aquelas infraestruturas que garantem o desenvolvimento do continente.

Os novos parceiros de cooperação com a África criaram os BRICs, uma parceria que permite que discutam a forma como podem intervir em África. Os Estados africanos precisam priorizar as institucionais multilaterais para evitarem agir isoladamente. Isso permitiria que, em conjunto, pudessem saber negociar com diferentes parceiros de cooperação. E a recusa dos líderes chinesa em interferir na política doméstica não pode ser o motivo para o estabelecimento de regimes repressivos em África. Pois, os investimentos da China podem muito bem ter um impacto amplamente positivo, como sublinha Moyo, (51), quando ajudam a elevar a renda per capita e a reduzir a pobreza na nação que os recebe, mas essa riqueza também pode contribuir para governos despóticos que usam o dinheiro para o próprio engrandecimento ou para subjugar o povo do país. Outro elemento é que, embora possam não estar explicitamente visando provocar a ruína do ambiente político desse ou daquele país africano, os chineses (no papel de investidores estrangeiros) devem pesar cuidadosamente os benefícios da aplicação de recursos – com a criação de empregos e o estabelecimento de infraestruturas em nações onde tais investimentos são desesperadamente necessários – contra seus custos políticos.

Notas

(1) O *Africa Progress Panel* publica anualmente, em maio, o seu relatório de Progresso em África. O mesmo baseia-se nos melhores trabalhos de investigação e análise disponíveis sobre África e compila-os de uma forma atualizada e estimulante. O Painel oferece, através do relatório, recomendações políticas viáveis aos decisores políticos africanos com responsabilidades pelo progresso de África e a parceiros internacionais e organizações da sociedade civil. A missão do *Africa Progress Panel* é de promover a mudança transformadora em África.

(2) MOYO, D. O. *Vencedor Leva Tudo: A corrida chinesa por recursos e seu significado para o mundo*. Rio de Janeiro, Editora Objetiva, 2013, p.11.

(3) Ibidem, p. 11-12.

(4) CHANG, H. J. *Chutando a Escada: A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo, Editora UNESP, 2004.

(5) Com as chamadas “boas maneiras” e “boas instituições” destinadas a promover o desenvolvimento econômico, sendo que “boas maneiras” seriam as políticas prescritas pelo chamado Consenso de Washington em geral e “Instituições boas” seriam as existentes nos países desenvolvidos, em particular nos anglo-saxônicos, que incluem a democracia, a burocracia “boa”, o judiciário independente, a forte proteção aos direitos de propriedade privada (inclusive a intelectual) e uma governança empresarial, transparente e orientada para o mercado, assim como instituições financeiras (inclusive um banco central politicamente independente). Ibidem; pp.11-12.

(6) Chang apresenta dados que indicam que, entre 1980 e 1998 (período em que várias “políticas boas” e “instituições boas” foram implementadas), o PIB per capita da África subsaariana caiu 15% (ou seja cresceu -8% a.a.), já que havia crescido 36% entre 1960-1980 (ou a uma taxa de 1,6% a.a.). Neste período (1960-1980) apenas treze países cresceram (Chile, Maurícias, Tailândia, Sri Lanka, China, Índia, Bangladesh, Maurítânia, Uganda, Moçambique, Chad, Burkina Faso e Burundi), mas há que assinalar que em pelo menos três (Moçambique, Chad e Uganda) o crescimento deveu-se ao fim da guerra civil do que pela mudança de políticas. E também não pode atribuir ao crescimento econômico da China e da Índia, durante este período a “políticas boas”, pois o crescimento deste países deveu-se ao fato de terem priorizado modelos próprios de desenvolvimento. Ibidem, pp.213-214.

(7) Mais adiante, com o apoio de literatura, procura-se mostrar como o ocidente diaboliza os novos parceiros de cooperação, em particular, a China.

(8) MOYO, D. O. Op. Cit., pp. 172-173.

(9) ADEBAJO A.. *The Curse of Berlin: Africa After the Cold War*. New York, Columbia University Press, 2013.

(10) AMSDEN, A. H. *A ascensão do Resto: os desafios ao Ocidente de economias com industrialização tardia*. São Paulo, Editora UNESP; 2009.

(11) Países cujo desenvolvimento iniciou ao longo do século XX. Até lá eram considerados do terceiro mundo, resultando daí a designação “resto”.

(12) Como se poderá observar mais adiante, o Estado em maior parte dos países altamente desenvolvimento desempenhou um papel preponderante na proteção da indústria local antes de atingirem o nível de desenvolvimento que eles têm hoje, algo que é negado aos países em desenvolvimento, mas que acabou sendo importante para catapultar a economia dos países “independentes” dos quais a China faz parte.

(13) Importa sublinhar que o esforço da China em desenvolver uma política externa ativa a frente de muitos países asiáticos tem seu início em 1989, diante de uma reação desabonatória do Ocidente ao Massacre em Tiananmen (junho de 1989), que resultou no embargo de armas imposto pelos EUA e a União Europeia, para além do crescente criticismo aos direitos humanos na China, questões que levaram os chineses a procurar firmar laços de cooperação com países que não fossem do Ocidente. TULL, Denis M.. “China’s Engagement in Africa: Scope, significance, and consequences”. In HARBEGSON, Roth Child. *Africa in world politics*. Boulder, Westview Press, 2009, p. 325.

- (14) LEE, A.; BREMMER, I. *What The U.S. Can Learn From China: An Open-Minded guide to Treating Our Greatest Competitor as Our Greatest Teacher*. San Francisco, BK (Berrett-Koehler Publishers, Inc), 2012.
- (15) GOLDSTEIN, A. (at al.) *The Rise of China and India: what's in it for Africa?*. OECD (development Centre of the Organisation for Economic Co-operation and Development), 2006.
- (16) TULL, D M.. China's Engagement in Africa: Scope, significance, and consequences. In HARBEYSON, R. C. 2009. *Africa in world politics*. Boulder: Westview Press, 2009, pp. 459–479.
- (17) SAUTMAN, Barry e HAIRONG, Yan. Honour and shame? China's Africa ties in comparative context. In WILD Leni & MEPHAM David. *The New Sinosphere: China in Africa*. IPPR, 2006.
- (18) VISENTINI, P. F. e equipe da CEBRAFICA. *A África e as Potências Emergentes: Nova partilha ou cooperação Sul-Sul?* Porto Alegre, Editora Leitura XXI, 2013, p.79.
- (19) A União Africana é uma organização que nasce com o propósito de reforçar a solidariedade entre os Estados Africanos e a coordenação de suas políticas, destacando-se a promoção da unidade e a paz entre os Estados; encorajar a democracia e boa governação e; promoção do crescimento sustentável de seus Membros.
- (20) Quanto à crise maliana a França interveio militarmente e na Guiné-Bissau, valeu a atuação da ONU na mediação do conflito.
- (21) Tratou-se de uma crise que levou a criação de um governo de unidade nacional composto por membros dos dois lados em conflito.
- (22) Há três instituições centrais de formulação e implementação de políticas chinesas para a África: o próprio Partido Comunista Chinês (CCP) que lidera o processo, o Ministério dos Assuntos Externos (MC) e o Ministério de Comércio. Aqui, se calhar, destacar o papel do Ministério de Comércio que tem um Instituto de Pesquisa para Comércio e Cooperação Econômico Externa, que funciona como um centro de organização de todas as pesquisas que são feitas sobre África. SAUTMAN, Barry e HAIRONG, Yan. Op. Cit. p. 55.
- (23) A posição de Adebajo sobre estas instituições é de que elas são “profetas” que constituem um sistema de mercado de desenvolvimento. Estas instituições, com a cumplicidade de alguns economistas africanos, vendem sistemas de desenvolvimento, quando os regimes políticos africanos são os compradores: “Ambos têm lucrado e estão lucrando com esse comércio enquanto as populações africanas continuam permanentemente perdedores do sistema”. ADEBAJO, Adekejo. Op. Cit., p.71.
- (24) TULL, Denis M. Op. cit. p. 330
- (25) Um exemplo desta situação pode ser buscado do relatório do AFRIMAP de 2009 que espelha a situação de Moçambique logo depois do acordo geral de Paz assinado em 1992 entre o governo de Moçambique, liderado pela Frelimo (frente de Libertação de Moçambique), e a Renamo (Resistência Nacional de Moçambique) movimento de insurreição, que ao longo de 16 anos criou terror no país, causando um caos total, quer em termos humanos quer econômicos. O relatório aponta que a ajuda externa (do ocidente) foi muito importante para sustentar a paz e contribuir para o cumprimento do acordado nas negociações de paz em Roma, assim como para a desmobilização das forças envolvidas na guerra civil. Depois dessa fase o país passou a receber quantias substanciais em ajuda-externa da comunidade internacional. Neste processo, directa e indirectamente, os doadores têm exercido grande influência na governação e na definição do rumo seguido pelo país, criando alguns obstáculos na prestação de contas do Estado aos cidadãos. Em verdade, muitas pessoas acreditam que o governo tem prestado mais atenção às demandas e pedidos dos doadores internacionais do que às demandas e necessidades de seus cidadãos. AfriMAP. Moçambique Democracia e Participação Política: Um relatório publicado pelo AfriMAP e pela Open Society Initiative for Southern Africa. Edição Open Society Institute Network. Londres; 2009.
- (26) Numa palestra, em 2008, na Holanda, o antigo estadista moçambicano Joaquim Chissano disse que o sistema multipartidário ocidental estava sendo imposto aos africanos com uma ignorância total das experiências acumuladas baseadas na história, cultura, valores e tradições das sociedades africanas. BERGH, L. D. *Porque Prevaleceu a Paz: Moçambicanos Respondem*. AWEPA, Associação de Parlamentares Europeus com África, 2009. pp. 209-111.
- (27) TULL, Denis M. Op. Cit. p.327.

- (28) MOYO, D. O. Op. Cit., p.178
- (29) Ibidem.
- (30) TULL, Denis M. Op. Cit. p.329.
- (31) O trabalho é resultado de um estudo empírico realizado em vários países africanos com vista a apurar o que os africanos pensam da sua relação com a China, tendo como base o que a mídia ocidental divulga sobre essa mesma relação. SAUTMAN, Barry e HAIRONG, Yan. African Perspectives on China-Africa Link. In STRAUSS, Julia C. & SAAVEDRA Martha. *China and Africa: Emerging Patterns in Globalization and Development*. Cambridge University Press. UK., 2009, p. 178-179.
- (32) Trata-se de um trabalho que foi citado em ocasiões anteriores. O mesmo resultado de um estudo comparado das ações chinesas e do ocidente em África.
- (33) SAUTMAN, Barry e HAIRONG, Yan. Op. Cit. p. 59
- (34) MAWDSLEY, Emma & MCCANN, Gerard. Towards a re-evaluation of contemporary India-Africa relations. In MAWDSLEY, Emma & MCCANN, Gerard. *India Africa: Changing Geographies of Power*. Pambuzuka Press. p. 5.
- (35) LEE, A.; BREMMER, I. What The U.S. Can Learn From China: An Open-Minded guide to Treating Our Greatest Competitor as Our Greatest Teacher. San Francisco: BK (Berrett-Koehler Publishers, Inc), 2012.
- (36) MOYO, D. O. Op. Cit., p.179.
- (37) A palavra está entre aspas porque acredita-se que um verdadeiro parceiro não deve impor condições ao seu par. Mas, sim, atuar dentro de uma relação de interdependência por que ambos precisam um do outro para a garantia da satisfação de interesses mútuos. Na relação África – Ocidente, a África está sempre numa situação de subjugado.
- (38) CHANG, H. J. Op. Cit., p.212.
- (39) Relatório do IPEA Ponte sobre o Atlântico Brasil e África Subsaariana: parceria Sul-Sul para o crescimento. Banco Mundial e Ipea / Brasília, 2011
- (40) Relatórios do Africa Progress Panel, 2013 e 2014.
- (41) Ibidem
- (42) NGOENHA, S. *Intercultura, alternativa à governação biopolítica?* Maputo. Editora PubliFLX. 2011.
- (43) Ibidem, p.193.
- (44) RAVALLION, M. Are There Lessons for Africa from China's Success Against Poverty? *World Development*: Vol. 37, No. 2, 2009-2008. pp. 303–313,
- (45) MUIU, M.; MARTIN, G. A New Paradigm of the African State: Fundi wa Afrika. United States: PALGRAVE MACMILLAN®. 2009.
- (46) O exemplo mais elucidativo é das zonas econômicas especiais (ZEEs) – um projeto Chinês – que já foi replicado em vários países (Brasil, Coreia do Sul, emirados Árabe, Argentina, Índia), inclusive em alguns países africanos como Moçambique e Angola, que atraem e promovem investimentos ao aplicarem uma legislação econômica e tributária específica nessas zonas. É inegável que projeto como esses sejam necessários para o desenvolvimento da África. Entretanto, o que é necessário para garantir o sucesso desse tipo de projeto, são instituições fortes de fiscalização de implementação dos mesmos.
- (47) NGOENHA, S. Op. Cit., p.140.
- (48) ADEBAJO A. Op. Cit., p. 170-171.
- (49) A Etiópia e Eritreia protagonizaram uma guerra sangrenta entre 1998 a 2000, Uganda e Ruanda invadiram o RDC apoiando Laurent Kabila que derrubou o regime de Mobutu.
- (50) Ibidem.
- (51) MOYO, D. O. Op. Cit.,, p. 180-181

(52) Ibidem.

Recibido: marzo de 2016.

Aprobado: junio de 2016.

Para citar este trabajo

Cuco, Arcénio Francisco. "É a China uma boa alternativa de cooperação para África?" en Cuadernos de H Ideas [En línea], vol. 10, nº 10, diciembre 2016, consultado...; URL:
<http://perio.unlp.edu.ar/ojs/index.php/cps/article/view/3608>